



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 10 de maio de 2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Transcrição *ipsis verbis*
- Lista de participantes não fornecida
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Manifestação fora do microfone
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Bom dia a todos. Com a presença dos Vereadores Ricardo Nunes e Reginaldo Tripoli, declaro abertos os trabalhos da 6ª audiência pública do ano de 2017, sendo a primeira audiência pública temática ao PL 239/2017, de autoria do Executivo, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018-LDO.

Informo que esta reunião está sendo transmitidas no portal da Câmara - www.camara.sp.gov.br, links TV Câmara, Auditórios On-Line.

Foram convidados a participar desta audiência a Sra. Municipal de Gestão, e os Srs. Paulo Antônio Spencer Uebel; Fernando Barrancos Chucre, Secretário Municipal de Educação; Vereador Gilberto Natalini, Secretário do Verde e Meio Ambiente; Wilson Modesto Pollara, Secretário de Saúde; e diversas entidades. A data da realização do evento foi publicado nos jornais *O Estado de S. Paulo*, no dia 28 de abril de 2017, na *Folha de S. Paulo*, no dia 02 de maio de 2017 e no *Diário Oficial da Cidade* nos dias 5 de maio, 6 de maio, 9 de maio e 10 de maio.

Peço que componham a mesa as autoridades presentes, os representantes dos Srs. Bruno Shibata Ramos da Silva, Ricardo Luiz Melão e Donato José Mellone, Coordenador Orçamentário da Secretaria Municipal de Saúde.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Convido também a Sra. Eliana Gomes, Chefe de Gabinete da Secretaria de Habitação e o Sr. Mohamed Samer El Khatib, representando a Fazenda Municipal.

Eu pergunto aos integrantes da mesa se desejam fazer alguma consolidação.

O SR. RICARDO LUIZ MELÃO(?) – Bom dia a todos. Parabenizo a participação de todos, a Câmara Municipal pela organização e os Vereadores Ricardo Nunes e Reginaldo Tripoli, por estarem conduzindo essa audiência, e principalmente vocês, cidadãos,

representantes de entidades de classes... parabenizar.

É muito importante a participação e a mudança que nós tanto queremos só é possível com participação e hoje vocês estão nos dando um exemplo disso. Desejo uma boa audiência e estamos aqui para qualquer dúvida e esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Vereador Donato vai fazer alguma introdução? (Pausa)

Eu queria abrir as inscrições para as pessoas que desejarem fazer o seu posicionamento.

Gostaria de fazer a leitura de um documento entregue a Mesa, do Sindsep.

-É lido o seguinte. (documento do Sindsep)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Vereadora Soninha quer falar? Não.

Quem é o primeiro inscrito?

Quero registrar a presença da Vereadora Soninha Francine.

Passo a palavra para a Sra. Silvia Leite, do CADS Santo Amaro.

A SRA. SILVIA LEITE - Bom dia, Vereadores. Queremos solicitar a verba para um tema sempre esquecido, que é o meio ambiente. Quero até aproveitar a presença do nobre Vereador Ricardo Nunes para solicitar uma verba para o Parque Telefunken porque nossas esferas tiveram enormes impactos seja no distrito do Campo Belo, de Santo Amaro ou do Campo Grande. Principalmente, o Campo Belo teve um impacto muito grande por obras urbanas, obras de adensamento e é nesse sentido que a gente cobra das autoridades uma verba para a questão do meio ambiente.

Por outro lado, temos também na região uma situação muito grave que é a não reciclagem dos vidros entre os detritos dos resíduos sólidos. Hoje em dia isso já comporta de 15 a 20% do que vai para Ecourbis, da Avenida Miguel Yunes. Esses vidros acabam subindo as esteiras, isso é visível. Fizemos uma visita lá recentemente e acabam indo para o aterro. Então, é uma questão muito grave e, segundo a própria Ecourbis, é preciso a implantação de um novo mecanismo que possa selecionar os vidros para eles também serem reciclados e não irem ao aterro. Está numa forma crescente. Estava em 15% e agora já está em 20%.

Então é isso que se pede. Muito agradecida.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado, Silvia Leite.

Na semana passada recebi uma devolutiva do Governo com relação ao Parque Telefunken. Vou pedir para minha assessora tirar cópia e te entregar.

Tem a palavra o Sr. Fabio Siqueira, do Movimento Resistência Pró Orçamento Participativo.

O SR. FABIO SIQUEIRA – Bom dia, Srs. Vereadores, Secretários presentes, Tribunal de Contas e especialmente a população presente.

Vou dividir minha fala em três porque são três secretarias. Quero começar com o meio ambiente. Primeiro, faço uma crítica a respeito da única meta desta secretaria no Plano de Metas chamado Sampa Verde, plantar 200 mil árvores no Município com prioridade das 10 Prefeituras regionais com menos cobertura vegetal. Quais são as 10? Sei que Mooca é uma delas, mas quais são as outras nove? Portanto, esclarecer a localização dessa meta.

Claro que ninguém é contra plantar árvores, o meio ambiente precisa disso, mas só essa meta na Secretaria é uma coisa complicada visto que, infelizmente, esta secretaria está recebendo pecha há algum tempo de tratar de temas que não são ligados a questão do meio ambiente, como a inspeção veicular – aquele horror da Controlar – e a questão das ciclovias, algumas fajutas. Infelizmente, meio ambiente está se perdendo em questões que não são ambientais, stricto sensu, bem como a não execução do orçamento já apresentado.

Temos o orçamento para 2017. Reforma e adequação dos parques, unidades de conservação municipal, verba de 2,5 milhões. Nada liquidado até 30 de abril.

Ações e apoio a ações ambientais, 3,400 milhões. Nada executado. Fiscalização e monitoramento ambiental, 1,400 milhão. Nada executado. Estou falando dos quatro primeiros meses da gestão Prefeito João Doria. Não é pouco tempo. São 120 dias. Educação ambiental, um tema precípuo, apenas 142 mil reais executados de 6,2 milhões.

E a manutenção de árvores consolidadas. As árvores andaram caindo aqui, matando munícipes na cidade de São Paulo, na gestão passada: 5,7 milhões – nada executado. Recuperação de áreas degradadas: dotação simbólica – nada executado. Enfim, são dotações importantes, que não são só plantio de mudinhas de árvores – é coisa muito maior, e eu não vejo isso no Plano de Metas e vejo as dotações, até abril, zeradas, da questão do meio ambiente.

É isso e eu gostaria, depois, de falar sobre Habitação e Saúde.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra o Sr. Sérgio Otiqueira, do Sindsep.

O SR. SÉRGIO OTIQUEIRA – Obrigado.

Bom dia a todos e a todas.

Eu queria registrar aqui, dar ciência para as pessoas, que nós tivemos recentemente uma reunião com as entidades sindicais e o Governo, chamada “mesa de negociação”. Nessa reunião, foi apresentado o cenário financeiro econômico da Cidade. Só faltou ter uma choradeira, ali, da situação.

É claro, é inegável a questão de uma crise, quebra da receita, mas eu acho que não vamos resolver o problema da receita e da crise cortando o leite de criança; cortando cartolina da escola; reduzindo, congelando a Cultura; fechando unidades; fechando farmácia. Não vamos resolver problema da Cidade negando reajuste para servidor; negando reposição de perdas para o nível básico e para o nível médio; não conversando sobre a situação dos admitidos, que precisa de uma reparação. Vamos conseguir consertar... para colocar o dedo na crise, por exemplo, temos, de devedores da cidade de São Paulo,... exige coragem do Gestor, de fazer o enfrentamento com isso. A meta, que está estipulada é de aumentar em 10% a arrecadação dos últimos quatro anos, em relação à cobrança das dívidas que têm. Eu não vou citar os 10 maiores, o que dá mais de 10 bilhões para a Cidade. Eu vou falar só de dois devedores da Cidade. Um é o Santander 2,8 bilhões de dívida, e o Itaú que, em três empresas, deve 3,4 bilhões para a Cidade. Então, estamos falando em mais de seis bilhões, que é muito mais do que vender a Cidade, que é a proposta de privatização da Cidade, que renderá 5 bilhões. Vamos ver a Cidade por 5 bilhões de reais, que é menos do que essas empresas devem!

Então, proposta... que vá buscar negociação. O Prefeito Doria tem tanta aproximação com empresários – e acredito que tenha com os donos dos Bancos. Então, que se aproxime deles e que eles paguem essa dívida para a cidade de São Paulo. São mais de 6 bilhões. Então, dá para pensarmos em solução de saída da crise sem cortar de quem tem menos, de quem está mais prejudicado.

Então, a proposta que está aqui, que estamos colocando, é que os Vereadores pensem no Orçamento, para 2018, dando continuidade nas discussões que a gente fez no outro, que eram: valorização do servidor; essa valorização dos admitidos, que conseguimos aquela verba de um milhão, no ano passado, porque precisamos aumentar, porque esse um milhão é insuficiente. Tem uma discussão já feita em audiência pública própria. Enfim, precisamos que aconteça esse grupo de trabalho o mais rápido possível, para darmos conta desse assunto.

Acho que temos disposição de acharmos saídas para isso, e não vai ser prejudicando aqueles que mais precisam, nesta cidade, neste momento. Só para citar o Itaú, que deve 3,4 bilhões, ele teve, no ano passado, 22 bilhões de lucro, durante a crise!

Então, vamos botar o dedo na ferida de quem precisa pagar essa conta. Não podem ser os trabalhadores, não podem ser os servidores, não pode ser a população.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado, Sério.

Eu quero registrar, aqui, que ficamos tão felizes quando começamos a discutir a Cidade como um todo. A sua colocação de falar da dívida ativa, né. Está tramitando, aqui na Câmara, uma CPI dos grandes devedores. Acho que estamos fazendo um bom trabalho. E é complicada a questão sobre essas dívidas. Chamamos, na semana passada, a (?) do Brasil, por exemplo, e é uma discussão judicial de que eles acham que não têm de pagar o ISS sobre um valor que eles remeteram para a sua matriz lá nos Estados. A questão do Itaú é a mesma coisa. Uma das três empresas que o Sérgio comentou, é o Itaú Leasing. Eles fazem uma legação com relação ao pagamento do ISS do serviço de leasing, com relação ao local onde eles estão situados. A Lei Federal diz que você paga o ISS sobre o leasing do local onde está a sede da empresa. Eles alegam que estão fora da cidade de São Paulo – e todo mundo sabe que o Itaú está, aqui, no Jabaquara. Então, são essas as discussões.

Precisamos discutir, porque são valores altíssimos, que acho que é super colocarmos em pauta.

Temos feito, na Comissão de Finanças, pelo menos nos últimos quatro anos, um trabalho muito próximo de acompanhar o que é dívida ativa, de colocar. Na LDO do ano passado, por exemplo, colocamos algumas inserções, inovações de que trouxessem mais detalhada a questão da dívida ativa, e o Prefeito vetou.

Então, é aquela luta constante, de tentarmos melhorar o sistema de cobrança, de transparência. Às vezes, o Executivo veta. Mas vamos continuar persistindo.

Só queria deixar registrado isso, de que é importante discutirmos todas essas questões da Cidade.

Justifico a ausência do Vereador Jair Tatto, Presidente da Comissão de Finanças. Ele está exercendo a sua cidadania, lá, em Curitiba, prestigiando e se solidarizando com o depoimento do Ex-Presidente Luis Inácio Lula da Silva.

Com a palavra o Sr. Laerte Brasil, Com São Paulo Trabalho e Empreendedorismo

O SR. LAERTE BRASIL – Acho que, no Brasil, hoje, não tem crise, porque em 2016 os Bancos tiveram lucro de cerca de 125 bilhões de reais.

Estamos vendo o desmonte das políticas públicas por esse picareta que está sentado na Presidência da República, o Michel Temer, e os colegas dele de gatunagem. É uma máfia toda desmontando o Sistema Previdenciário, que nem o regime militar conseguiu acabar com a Previdência. E ele, com uma canetada só, com 300 picaretas, estão querendo conseguir acabar com a Previdência. Sem contar com a distribuição de propina para os Deputados e os Senadores, aprovarem o PL 555, que vai congelar as políticas públicas por 20 anos, elevando o desemprego, até 2020, de mais de 20 milhões.

Eu estou desanimado com o Orçamento da cidade de São Paulo, porque o PIB, de 2016, chegou a 575 bilhões. Desse montante, 40% vai para o Estado, 13% para a União e não se discute, aqui, o PIB da cidade de São Paulo.

A CPI da Dívida, aqui, será mais uma lavagem de roupa entre compadre e comadre, porque se arranca um pedaço de 5% é muito, porque esse dinheiro, aí, já foi desviado entre políticos do Executivo e do Legislativo, e já está nos paraísos fiscais. Não vai se recuperar mesmo. Isso é só uma lavadinha de roupa. Isso será só um acerto entre compadre e comadre e a população vai ficar pagando caro pelo desmonte das políticas públicas, que o Prefeito Doria está fazendo, aqui, na cidade de São Paulo.

Só para termos uma ideia do montante de dinheiro roubado, que esse ladrão e seus comparsas, o Geraldo Alckmin está roubando, chegará a 100 bilhões até o final do mandato dele, esse dinheiro deu um impacto negativo aqui, que colocou mais de 1,2 milhão de pessoas na rua. Quarenta e um por cento das empresas foram expulsas daqui, e os empregos sendo expulsos da cidade de São Paulo, e ninguém faz nada.

E eu não vejo nada nesse plano de metas que eu observei e debati no sentido da recuperação da empregabilidade na cidade de São Paulo, o que eu vejo é corrupção.

O Doria não estava presente, mas eu estava presente numa reunião em que estava o Ackmin e vários comparsas dele, inclusive o Milton Leite, o Vice-Presidente e outros que não dá para falar aqui agora. Desse orçamento, até o final do Governo Doria, serão roubados aqui na cidade 20 bilhões de reais – são 5 bilhões de cada orçamento. É por isso que já estão começando a desmontar as políticas públicas – diminuindo o leite da criança, cortando transporte escolar e outros assuntos de políticas públicas na cidade de São Paulo. Então é uma verdadeira vergonha, porque além de ladrões são covardes. Além disso, nesta Casa, é

desviado cerca de 20% do orçamento da Câmara. Está indo dinheiro até para o tráfico de drogas, para traficante que sequestra turista, que faz crime aqui. Dois por cento do orçamento da Câmara é para o 2º Exército me perseguir. Então não vejo nenhuma animação aqui, mas vou torcer.

Eu não acusei o Doria, eu sei o que falaram. E o Alckmin, aonde esse vagabundo, aonde esse bandido quiser ir, em qualquer lugar da imprensa, eu vou confirmar o que eu estou falando, porque ele, além de ladrão, é um bandido covarde.

Era o que eu tinha para dizer. Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Eu só queria deixar registrado que eu lamento a sua fala, Brasil Laerte, porque acusações não contribuem com nada. Dizer que um é ladrão, outro é ladrão, não contribui em nada, isso é um desserviço para a sociedade.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – A delegacia é do lado, o senhor vai lá e faz uma queixa.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra a Sra. Janete Azevedo, do Grupo Articulador Aracati/Ipava.

A SRA. JANETE DE AZEVEDO – Bom dia a todos a todos os senhores da Mesa.

Eu sou uma moradora do Ipava há 32 anos, e a cada dia que passa eles estão acabando com o verde, estão aterrando a represa. Nós já estamos denunciando isso há muito tempo, mas, infelizmente, até agora, não vimos nada. A cada dia que passa eles derrubam árvore, eles aterram a represa. É de doer o coração. Tem lugar que eu nem vou mais ver porque me dá vontade de chorar em ver a represa sendo aterrada. Passam carros e carros e vão jogando todo aquele entulho. Então eu pediria aos senhores que olhassem com um pouquinho de carinho para o Ipava, porque é um lugar maravilhoso. Eu amo aquele lugar, gosto de morar naquele lugar, e estou vendo ele sendo destruído a cada dia que passa. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Esse problema é um dos mais sérios com relação à questão ambiental, o que estão fazendo com a nossa represa. Acho que depois o Sr. João Batista, da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, poderá nos dar algum posicionamento, falar do andamento, inclusive, em relação à Operação Limpeza das Águas, lançado mês passado. E já faria, até em nome da Soninha e do Tripoli, um pedido ao Sr. João Batista, que

representa a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, para olhar, fazer uma diligência, ele ou sua equipe, no bairro de Cidade Ipava, no bairro do Aracati, com relação a essas questões.

Tem a palavra a Sra. Sueli Farah, servidora admitida, uma lutadora e batalhadora sempre presente nas audiências.

A SRA. SUELI FARAH – Bom dia a todos. Muito obrigada por mais essa oportunidade.

A nossa questão é a dos servidores admitidos pela lei 9.160, de 1980, oito anos, portanto, antes da Constituição Federal. Estamos aqui desde antes da democracia. A nossa causa não é partidária, a nossa causa é uma causa histórica. Nós prestamos os nossos serviços a esta cidade, ajudamos a cidade a recuperar o seu status democrático num momento de abertura política e estamos aqui esperando que se complete essa transição que diz respeito a sete mil servidores admitidos, que amargam tristemente, em troca dos bons serviços que prestaram por mais de 30 anos a esta cidade, um tratamento funcional e salarial altamente discriminatório e que chega a ser um vexame para a história do funcionalismo público municipal dessa nossa cidade. Então, mais uma vez, venho trazer um apelo para que consigamos, num esforço conjunto, superar esse momento traumático de uma transição que não foi completada. Na Constituição de 88, nós fomos reconhecidos por um ato da Disposição Transitória nº 19; e esse ato, que deveria ter sido um momento de transição, não se completou, porque o Município não traduziu essa disposição constitucional numa disposição legal para regulamentar a nossa situação funcional e salarial. Então, hoje, nós recebemos um terço do salário que deveríamos estar recebendo pelo mesmo trabalho exercido pelos colegas, que, muitas vezes, se formaram em serviço conosco. Nós somos, inclusive, formadores de quadros. Não tivemos a justiça de sequer poder prestar um concurso público, porque fomos admitidos em funções e com formações acadêmicas que, contrariando a lei que nos admitiu, nunca foram estruturadas em cargos e nem chamado um concurso. Nunca sequer tivemos o direito de prestar concurso, embora tenhamos dado cursos para que nossos colegas prestassem concursos e se efetivassem. Então é uma questão de reconhecimento e de reparação histórica. Eu peço mais uma vez, encarecidamente, que vocês nos ajudem a superar esse momento tão difícil. Somos uma categoria envelhecida, estamos morrendo à média de um por dia – em menos de 9 meses morremos mais de 200 –, e gostaríamos de, respeito, mais uma vez, ver em vida uma solução para a nossa questão. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Sra. Sueli, me permita, se a senhora

achar por bem: no documento, a carta aberta que vocês fizeram, que até fiz a leitura aqui, fala, em um dos parágrafos, que a proposta do presidente da Câmara Municipal acompanhada do seu estudo de impacto financeiro. Se a senhora puder falar um pouquinho com relação ao valor do impacto financeiro. São sete mil admitidos, né?

A SRA. SUELI FARAH – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – E como estamos aqui inclusive com o Sr. Ricardo Luís Mellão e o Bruno Shibata, que são da Secretaria de Gestão, se a senhora puder falar para eles um pouquinho do histórico do ano passado, de como a gente colocou na LDO o artigo.

A SRA. SUELI FARAH – Pois não. Eu agradeço a oportunidade, inclusive, de esclarecer esse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – E mais uma coisinha, para ficar claro: a senhora falou que não pôde participar de concurso público.

A SRA. SUELI FARAH – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Se para fazer uma correção: não é bem isso, porque pode participar de concurso público aquele que assim o desejar.

A SRA. SUELI FARAH – Não, eu vou explicar para o senhor por que não; no nosso caso, não.

Eu vou responder primeiro a primeira pergunta, que diz respeito ao impacto financeiro do nosso acerto de contas com a municipalidade.

Ele foi feito em junho do ano passado, e ele tinha um número de servidores. O impacto calculadamente era da ordem de 112 milhões anuais para acertar a situação de sete mil servidores admitidos. Isso, em junho do ano passado, representava 0,2% na folha corrida da Prefeitura. Hoje, esse estudo de impacto tem que ser refeito. Primeiro porque morremos mais de 200, não somos mais o mesmo número que éramos em junho do ano passado; e, segundo, que já estamos em conversações com a Secretaria da Fazenda e a Secretaria de Gestão para que esse impacto seja absorvido ao longo de alguns anos, não seja de imediato. Mesmo que não seja muito, a gente quer ainda diluir mais, levando em conta a questão da crise financeira que o país passa, e pela qual, inclusive, não somos responsáveis. Então estamos abertos à negociação, inclusive sobre como diluir esse pequeno impacto ao longo de alguns anos. Mas precisamos, sim, de um projeto de lei encaminhado a esta Casa pelo Executivo para que possamos conversar sobre esse projeto de lei, aprová-lo e fazê-lo valer

ainda este ano, esperamos. (Palmas)

E sobre o concurso, Vereador Ricardo Nunes, eu vou esclarecê-lo.

Quando fomos admitidos, fomos admitidos por programas que existiam no final da década de 70, começo da década de 80. Então nós éramos identificados como daqueles programas. Éramos recrutados e selecionados publicamente através de prova, entrevista, dinâmica de grupo. Nós não entramos “assim”, entramos porque estávamos identificados com programas, fomos selecionados publicamente, e a lei que nos admitia, no seu art. 5º, que está ainda em vigor, dizia que, trienalmente, aquelas funções que estavam sendo criadas seriam transformadas em cargos e chamado o concurso. Esse artigo, inclusive, tinha um parágrafo único que dizia que seríamos inscritos ex-officio nesses concursos, e que, se não passássemos, em seis meses seríamos desligados. Ocorre que isso não foi feito, e muitas pessoas, como eu própria, foram admitidas em funções que, na época, requeriam uma determinada formação, e depois essa formação não foi consubstanciada nos quadros que a Prefeitura foi criando e chamando concurso. Percebe?]

Eu sou formada em Letras, licenciatura plena pela USP em português, espanhol, línguas e literaturas, e fui selecionada para trabalhar no programa de educação de adultos. Sempre trabalhei com educação popular. Prestei três concursos como professora e fui efetivada; mas, na minha função, eu nunca pude prestar concurso, porque nunca houve. Aposentei-me, inclusive, pela Biblioteca Mário de Andrade fazendo um programa de leitura para reabertura das bibliotecas circulantes no ambiente da biblioteca, depois da reforma, e não pude sequer nunca fazer parte do quadro da Cultura, porque a Cultura não prevê nenhum formado em Letras nos seus quadros. Nunca houve concurso para mim, a não ser dentro da educação. Dentro da educação prestei três concursos, fui efetivada três vezes.

E acumulei cargo com minha função técnica, um acúmulo lícito, magistério com função técnica, até onde eu podia aguentar, porque ninguém aguenta trabalhar muito tempo por mais de doze horas por dia. E quando eu tinha exoneração de algum cargo, eu pedia do cargo efetivo, porque eu estava sempre no começo de carreira ganhando muito mal.

Então é uma situação de desvio. É uma situação perversa. Esse argumento de que a Administração fez concursos e que nós não passamos não procede. Na Administração passada, inclusive, eu pedi à Secretaria de Gestão que se fizesse um levantamento de todos

os sobreviventes a essa situação para mostrar um a um a situação de cada um. Eram pessoas que ou não puderam, como eu, como a colega Silvia, como a colega Silvana, que nunca puderam prestar concurso porque nunca houve; outros até prestaram concurso, passaram e não foram chamados; outros ainda passaram em concursos, foram chamados e chegou na hora de assumir não assumiram, sabem por que? Porque eles tinham de abrir mão de todo o tempo anterior, zerava tudo, e eram pessoas com mais de 20 anos de trabalho. Tinham de assumir, tomar posse do novo cargo largando para trás 20 anos de trabalho, para exercer a mesma função. Olhem a perversidade.

Eu pedi esse levantamento à Secretaria de Gestão, mas esse levantamento me foi negado, mas temos, e não quero, aqui, ser panfletária, não sou, sou uma pessoa muito séria, sempre trabalhei muito bem, mas sou obrigada a fazer um apelo e de lembrar uma música da nossa geração que dizia: sabe o que dá força para a gente, sabem gente, o que dá força para gente para continuar nessa luta, tão difícil, tão dura? Nós temos a certeza na frente e a história na mão. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado Sra. Sueli. Inteligente que é, sabe que tem perguntas propositais. Encerradas as inscrições, tem mais inscrições? (Pausa) Só esse aqui. Eu queria, ah tá, volta o Sr. Fábio Siqueira para falar sobre Habitação e Saúde.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Muito obrigado Vereador Relator Ricardo Nunes, Vereadora Soninha Francine, Vereador Reginaldo Tripoli, servidores da Secretaria e população aqui presente.

Falar de Habitação aqui em São Paulo – não sei se tem algum representante de Sehab hoje, tem né? – é muito triste.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Nós estamos com a Secretária de Habitação Sra. Eliana Gomes.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Ah, sim, cumprimento-a e lamento profundamente o orçamento deixado pela Gestão Fernando Haddad. Todos Sehab, a verba caiu 3 milhões.

Parece pouco, mas Habitação é muita coisa, o pessoal está sem casa, está sem urbanização das localidades, que são precárias.

Cohab, de 261 milhões caiu para 256 milhões. E Fundo Municipal de Habitação vai desaparecer. Caiu de 116 milhões para 35 milhões. Por mais que os Vereadores colocaram dinheiro nesses três grandes eixos, o dinheiro está mínimo para esse ano de 2017 para a Habitação. E isso nós já observamos na execução orçamentária já da Gestão João Doria Jr.

Por exemplo, urbanização, a verba da Secretaria são 116 milhões, nada foi executado até abril deste ano. Previsão, ou seja, para construir novas moradias, praticamente, são apenas R\$ 700 mil em quatro meses, não chega nem a um milhão. E tem verba em Cohab, tem verba no Fundo, tem muita verba na Secretaria, 50 milhões.

E no que tange à regularização também uma verba quase mínima, já executada: R\$ 268 mil, um pouco na Secretaria, no Fundo, na Cohab. E a verba maior, que é da Secretaria, praticamente nada executado.

Então realmente, a questão, ah, e também o projeto chamado Centro Lindo, praticamente nada diz sobre Habitação, ou seja, vai se fazer isso no Centro, e que lembramos sempre dos cortiços que estão em péssima situação e ninguém observa, no Brás, na região do Cambuci, Belenzinho, ninguém observa, e isso é um importante tema, o dos cortiços, é uma questão muito particular do Centro expandido.

Também, para encerrar essa parte, quero falar do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental, que atende, inclusive, muito a zona Sul: a parte próxima às represas: R\$ 91 milhões e não tem nada executado. E existe um conselho específico para esse fundo. Será que nesses quatro meses ninguém observa que nada está sendo executado. Não vou nem dizer das Operações Urbanas, que também têm verba para a Habitação, mas que sumiram – também – aqui do Plano de Metas previsto.

Então realmente a questão da Habitação está muito grave, está muito séria e nós solicitamos ao ex-Deputado Fernando uma explicação sobre o que está acontecendo na

questão habitacional, e também lamentamos a gestão anterior, até malufista, a Gestão Fernando Haddad nesse particular que, praticamente, destruiu a Habitação no Estado de São Paulo, inclusive mentindo sobre as 55 mil moradias que até hoje não chegou nem a dez mil.

É isso e daqui a pouco gostaria de falar da parte da Saúde. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado. Secretário da Habitação falando do Plano de Metas, de 55 mil foram concluídas 8,5 mil.

Sr. Fábio, como não temos mais inscrições, se quiser já falar direto sobre a Saúde, por favor. E bem lembrado sua fala sobre a questão fundiária, acho que é importante.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Obrigado. Até porque são planos e estão previstos até com outros nomes no Plano de Metas atual.

Antes de entrar no tema da Saúde, queria também solicitar, muitos falaram, e o senhor falou – e falou mutio bem – na audiência passada, sobre os vetos do despreparado ex-Prefeito Fernando Haddad, mas também cabe à Câmara derrubar os vetos. Acho que com 28 votos derrubam-se vetos. Acho que é um tabu da Cidade que da Gestão Haddad não se derrubou nenhum veto. É algo muito sério nessa cidade que a história vai cobrar o pessoal, o lado de lá e o lado de cá, porque com 28 votos se derruba veto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Fábio, para você ter ideia, o último veto de Prefeito que aprovou nesta Casa foi na Gestão Pitta, quando ele estava morto, só faltava enterrar.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Ainda nos anos 90.

- Manifestações concomitantes ao microfone.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Mas acho importante, porque o Legislativo tem a função precípua de fiscalizar e não ser uma casa anexa ao Executivo. Por isso que criticamos o Sr. Vereador Secretário Gilberto Natalini estar ausente, até como Vereador isso, por sua Pasta. Mais por sua Pasta estar aqui à baila, deveria ele mesmo estar aqui, porque ele é também um Vereador. Acho que isso mostra muito esse descompasso entre o Executivo e o Legislativo.

Também queria criticar o lado de lá no que tange à questão do Cades, o Conselho Municipal do Verde não está presente. Fala-se em privatizar parques, concessões, mas vai passar pelo Conselho Municipal do Verde e Meio Ambiente, que é um conselho importante nesta Cidade? Vamos estar atentos a isso.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – É o Cadin, mas tem o Cades do Paraíso. Esse Cades, por exemplo aprovou o Itaquerão, em 2010, com a malfadada Odebrecht. Será que essas decisões têm compasso, concorda com os desejos da população.

Nós vamos realmente estar atentos muito à questão e também à questão do Conselho da Habitação.

Por fim, na área de Saúde, a saúde a gente só que tem lamentar, porque a saúde, a questão dos hospitais, Hospital da Vila Brasilândia, que está parado, Hospital de Parelheiros, as UPAs, as AMAs, centro, Hospital Rede Hora Certa, ou seja, é tanta obra prevista, prometida e não entregue desse irresponsável Governo Fernando Haddad. A gente aguarda que o Prefeito Doria, que faça pela Saúde o que, pelo menos, não prometeu, porque não prometeu nada, mas nós vamos cobrar inclusive as promessas passadas e pretéritas, porque a Saúde de São Paulo ainda está literalmente na UTI.

É lamentável que um orçamento de nove bilhões não seja; e fora a máfia das OSs. As OSs precisam ser, que fizeram mau serviço, precisam ser responsabilizadas nesta Cidade e precisam ser limadas da questão da Administração Pública, como, no Rio de Janeiro, que algumas OSs malfeitoras se aliaram a governos também, hoje até presidiários(?). A gente vai fiscalizar essa questão da Saúde. Eu até acho que a Habitação (inaudível) ter audiências como a Saúde, trimestrais para o orçamento aqui ser (inaudível) explicado e debatido com a sociedade.

E também solicito a confirmação(?) de Saúde, mais presença nessas fundamentais questões da Saúde Pública na cidade de São Paulo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil, para falar do tema Habitação e Saúde.

O SR. LAERTE BRASIL – Eu tive uma participação (inaudível) 50 audiências públicas aqui do PDE e mais 50 da audiência pública da Lei e Uso e Ocupação de Solo. Foram mais de cem audiências públicas que eu participei. Essas duas leis têm a quota, vamos dizer, de solidariedade, na área de Habitação, que os proprietários de terreno possam doar para a Prefeitura, vamos dizer, uma quantidade, vamos dizer, dessa área para a construção de Habitação de Interesse Social e até de construção de outros equipamentos públicos, creche, vamos dizer, escolas e outras ações, mas o que eu pautei, pautei, vamos dizer, a cidade de São Paulo, vamos dizer, é uma Cidade cosmopolita, mas é uma Cidade injusta(?), uma Cidade que 68%, vamos dizer, dos munícipes (inaudível) esmagados aqui, que ganha de zero, vamos dizer, até três salários mínimos aqui por mês, uma Cidade injusta. Nós temos cerca de um milhão e duzentas mil famílias morando, vamos dizer, em conjuntos irregulares, é cortiços, vamos dizer, favelas e outras ações irregulares. Totaliza quase três milhões e meio de pessoas. Isso é um verdadeiro absurdo para uma metrópole mais rica da América Latina. Três milhões e meio é considerado, vamos dizer, o número da população de Salvador, Brasília e Belo Horizonte; e eu pautei, nessa reunião, também a regulamentação fundiária, que foi vista aqui pelo Fábio, e o título, vamos dizer, de propriedade. Também é uma Cidade, vamos dizer, que nós vivemos irreal(?) 85, vamos dizer, por cento, vamos dizer, do estabelecimento de empreendedorismo, com (inaudível) industriais estão irregulares. Houve uma, nesses longos anos, houve uma verdadeira, vamos dizer, achacamento(?) vamos dizer. Há empreendedores que, por isso, a mando de políticos ladrões, com essa máfia aí que eu falei aí, ia lá, extorquia três, quatro vez, quando não tinham dinheiro, mandava assaltar e até matando as pessoas que (inaudível) efetuavam o pagamento, vamos dizer, de extorsões.

Eu acho que a gente tem que partir agora (inaudível) falando da regulamentação e

a regulamentação, vamos dizer, da cidade de São Paulo, com uma Cidade irreal(?), e, na área de Saúde, tenho uma militância, vamos dizer, estava com uns 22 anos, na época, já na Assembleia Constituinte, participei de uma assembleia. Houve uma audiência pública. Eu já estava com uma tese, vamos dizer, uma ideia de peso de 85 páginas, da criação do Sistema Único de Saúde no País, mas, infelizmente, vamos dizer, o SUS está sucateado. Depois participei de mais de quinze conferências nacionais, aonde eu apresentei, vamos dizer, o projeto da criação do SAMU e das (inaudível) das (inaudível) e das UPAS 24h, e a Saúde teve um desvio, vamos dizer, de 88 para cá, vamos dizer, a máfia que foi montada no País, para sucatear os cofre público e limpar os bolsos da nação brasileira. Eles roubaram mais de um bilhão de reais, e o ataque mais foi em cima do SUS, quase 300 bilhões, vamos dizer, roubados do Sistema Único de Saúde, dinheiro que está (inaudível) entendeu, e ninguém recupera.

A Previdência, vamos dizer, a Previdência Social tem desvio de 300 bilhões de devedores também, que ninguém vai para cima, porque estão todo mundo de rabo preso com as empresas e organizações que devem à Previdência. Então, nunca vai ser, vamos dizer, recuperados, mas a minha pergunta aqui é, na área de Saúde, eles montaram as OSs também para desviar, vamos dizer, verba pública, dinheiro público, vamos dizer, do Sistema Único de Saúde, deixando os usuários (inaudível) da cidade de São Paulo e outra cidade à mercê aí, vamos dizer, (inaudível) no Rio (inaudível) São Paulo e várias cidades, mas a minha pergunta aqui para o Secretário: “Será possível, vamos dizer, transformar, são quase 500 Unidades Básicas de Saúde aqui, na cidade de São Paulo. Será possível 40% dessas unidades transformar em UPAs?” Porque, vamos dizer, chega sábado e domingo e feriado, e você não encontra médico, não encontra ninguém, tudo fechado, vamos dizer. É acidente que acontece, vamos dizer, na cidade de São Paulo, outras ações aí e a população fica sem atendimento médico aqui no Sistema Único de Saúde, mas eu vou parar por aqui. Só, é vou parar por aqui e obrigado aí pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra o Sr. Pirata.

O SR. PIRATA – Bom dia. Coisa que me preocupa aqui, na Câmara, os rolê que eu faço aqui dentro, é quando as pessoas vão virando personagem, porque as falas são, politicamente são importantes e, às vezes, a gente vai descaracterizando as pessoas como fosse um personagem e a gente não presta atenção que essas pessoas estão discutindo a Cidade, mas é só para, eu quero só para, pelas falas, só para refletir algumas coisas, aí o pessoal da Habitação, Sra. da Habitação.

Outra coisa que preocupa também é que a gente faz as falas e não sei se é que anotado e isso vai virar política pública lá na frente, que tem o conflito do Executivo com a sociedade civil e com o Legislativo, e os Secretários, às vezes, participam disso, mas vamos lá: O Haddad prometeu 50 mil casas, certo? Falou locais etc.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Cinquenta e cinco?

O SR. PIRATA – Cinquenta e cinco. Então, tem como cobrar. Aí mais 25 do plano de metas, que não fala onde é, então, a cidade de São Paulo conta com 75 mil casas? Porque é isso que a gente quer saber, porque não adianta fazer crítica de um governo passado e você diminuir a quantidade. Então, quero fazer a conta aqui, o governo passado, pela lógica, não estou, só refletindo pela lógica, vou me colocar no lugar da gestão, pelo diálogo. Ele é incompetente. Não fez 55 mil casas. Eu sou competente, vou fazer 55 mil casas e mais 25 mil, cidade de São Paulo, 75 mil. Certo? (Palmas) Esse é o diálogo que vocês estão colocando na Cidade. E eu estou acompanhando o diálogo de vocês.

Agora para a Saúde, as UPAs é uma coisa federal, e São Paulo, a principal Cidade da América Latina, tem poucas UPAs. Se eu for, em Santo André, tem mais. Problema. Outra coisa, aí a Saúde também é um *marketing* ferrado da Saúde, não é, e agora tem uma coisa que me preocupa demais, que ontem tinha um frente à Prefeitura lá, aquele caminhão, sempre sabendo que esses carretos etc. algum grupo vai ganhar um dinheiro. Isso é um negócio, e aí sempre tem uma imagem: “É, cheguei atrasado na consulta. A carreta foi, eu estou correndo

atrás dela”. E a pergunta: “Como essas carretas vão entrar em alguns lugares da periferia?” Porque a gente não tem que; tudo isso, como é emergencial da hora, se nós estivéssemos em guerra, mas da hora, só que a gente precisa de prédio, localidades, endereços, as pessoas precisam falar Saúde, não é? Como que uma pessoa que vai correr atrás de uma carreta? A carreta, se não pagar a carreta, não tem o negócio, e se tem o posto de saúde etc., que é importante essa política pública, aí é ponto positivo, porque eu acho que a promessa tem ser: “Vamos fazer mais lugares com Saúde, e as carretas é para ajudar o restante, as emergência, tipo a dengue, que o Governo do Estado nunca cuidou. A dengue aumentou para caramba em São Paulo etc. etc. etc”., mas é só provocativo, e eu gostaria que os Secretários dessem umas respostas, pelo menos, para a gente entender a direção política da gestão, se é isso mesmo, porque estou acompanhando o discurso que é dado para a Cidade. Perfeito? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra a Sra. Nina Duarte, conselheira municipal Consolação-Sé.

A SRA. NINA DUARTE – Bom dia a todos, todos da Mesa, Soninha, nossa querida Soninha, uma fala: “Personagem, personagem é importante. Vocês não gostam da Mônica?” Aí agora eu sou uma personagem. Personagem é importante, e para que todos saibam, eu sou uma conselheira participativa. Eu sou uma *treinee* de Colt, eu sou uma personal de visibilidade, eu sou uma produtora musical, e de mais de vinte anos de profissão, e eu atuei durante, o ano passado todo, em todas as secretarias, conferências. Deleguei até uma palavra nova, bonita, bacana, deleguei, fui delegada por um dia, mas fui delegada, deleguei políticas públicas para a nossa família, para os nossos filhos, netos, avós, não é, e tinha o curso de políticas públicas. Então, eu ando por aí, por todas as UBSs. Eu estou a par sim, eu tenho conteúdo sim profissional, eu sei o que eu estou falando, e apoio 100% o meu Prefeito, para que faça uma auditoria, se for necessário, em todos esses equipamentos, que estão mal organizados, certo? Contrate de outros Estados equipes novas, coloquem pessoas novas. Já deram sua contribuição?

Ótimo. Muito obrigada. Parabéns. Agora, daqui para frente, trabalho novo, pensamento novo e ordem acima de tudo, e com muita excelência, que é o trabalho do nosso Prefeito, a quem eu devo respeito e tenho carinho pelo trabalho dele, pela família dele, OK? Gostem, não gostem.

Obrigada, bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Encerradas as inscrições, vou passar a palavra à Mesa. Algum Vereador deseja fazer uso da palavra?

A SRA. SONINHA – Várias colocações. Vou falar meio em ziguezague. Os assuntos foram se revezando e eu não consegui escrever um roteiro assim, muito, em linha reta. Muitas coisas que foram ditas aqui, a não reciclagem de vidro na central. É na central mecanizada? E o vidro passa pela esteira e não é encaminhado para a reciclagem?

- Manifestação longe do microfone. Inaudível.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Acho melhor a senhora vir ao microfone, até porque tem a transmissão pelo circuito interno e pela internet.

A SRA. SILVIA LEITE – Eu sou do CADES de Santo Amaro. O problema maior é que esses vidros acabam danificando também outros materiais, como os papéis. Então, segundo a própria Ecourbes, o interessante é que haja um investimento agora nessa mesma máquina, porque são três equipamentos, um vem da França, outro da Alemanha e essa unidade da Ecourbes foi constituída em 2012 e de lá para cá houve um aumento do recebimento de vidros e nós, lá na zona Sul, em Santo Amaro, recebemos também os recicláveis de outras regiões do contexto, por exemplo, recebemos todo reciclável da Vila Mariana também. Então é muito importante que haja esse investimento de um novo equipamento que seja anexado àquele que já existe. É interessante, claro, uma cooperativa, é bom que haja várias cooperativas, mas como esse foi um investimento já feito na Prefeito de Haddad, é interessante que haja o reinvestimento nisso para que não se perca este investimento. É assim que a gente pensa.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Então, você vê, embora você traga um tópico não exatamente orçamentário, é claro que isso tem um impacto. A Prefeitura paga por isso e o vidro é 100% reciclável, você tem, ao mesmo tempo, a gente recebeu na Comissão de Direitos Humanos na semana passada, os representantes de uma cooperativa que está deixando de receber material da coleta porque o material está sendo direcionado para a central mecanizada, eles estão com problemas terríveis. Então o que isso indicada, do ponto de vista do orçamento, é a necessidade da gente reservar recursos suficientes para a fiscalização.

Como foi dito aqui também, falando sobre aterramento da represa, invasão de áreas de preservação e às vezes a gente não cruza isso com orçamento da Guarda Civil Metropolitana, por exemplo, que tem um contingente de guarda ambiental, que não sei dizer os números, talvez o Vereador Ricardo Nunes saiba, porque a guarda ambiental tem uma presença na zona Sul por razões óbvias, e aí a gente precisa lembrar que lá no orçamento da segurança urbana, que inclui a Guarda Civil Metropolitana, do o impacto que isso tem na fiscalização de temas relacionados ao meio ambiente. Então fica um lembrete aqui para a gente.

A SRA. SILVIA LEITE – Causam prejuízos essas questões.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Claro, claro. Às vezes um prejuízo direto, fácil de aferir, a gente gastou aqui, não obteve, e todo prejuízo... É como quando a gente fala em não investimento em promoção da saúde e o custo que isso acarreta depois com o atendimento aos doentes. Então é uma boa anotação para a gente.

Falando sobre o Plano de Metas, e aquela que seria a única meta, a de arborização. Primeiro um comentário, que o Plano de Metas não é um compromisso com tudo que um prefeito deve fazer. Eu era Vereadora quando se aprovou a emenda à Lei Orgânica estabelecendo um plano de metas. Plano de metas é um jeito de amarrar o prefeito minimamente com as promessas de campanha. Foi esse o intuito da criação dessa emenda, que um candidato não posso dizer qualquer coisa e depois que ele se elege não tem mais

conexão nenhuma. Se os planos produzidos cumprem essa função é algo que a gente tem que discutir sempre, mas não é que é a única meta, o único compromisso do Governo em meio ambiente é esse que está registrado aqui no plano de metas da arborização. Agora, é muito interessante a gente lembrar, e nesse ponto também é muito bem vinda a fala aqui, meio ambiente não é só plantar árvore, aliás, o que me faz discordar da observação que inspeção veicular ambiental não tem nada a ver com meio ambiente, porque a inspeção veicular pode ser composta de vários elementos, deveria, aliás, ter inspeção veicular de segurança, obrigatória anual. Mas exatamente o caráter da emissão de poluentes, caracteriza sim uma inspeção ambiental. De onde teria que vir esse recurso orçamentário? O.k. Isso é toda uma discussão bastante razoável, mas meio ambiente não é só plantio de árvore; parece óbvio. Mas aí quando você tem medidas de compensação ambiental, termos de ajustamento de conduta, certidões de diretrizes, que são forma de você ter recursos para investimento na área ambiental de outras fontes, do setor privado, por exemplo, ou porque está sendo obrigado a cumprir um termo de ajustamento ou como compensação ambiental, muitas vezes esse recurso é calculado na base de plantio de árvores. Então o empreendimento teve um determinado impacto e aí isso vai ser convertido numa medida lá monetária que equivale a não sei quantas mil árvores DAP 5. Além de se questionar se cinco mudas equivalem à perda ambiental de uma árvore antiquíssima, mas fora isso, quando eu fui Subprefeita da Lapa, muitas vezes surgia uma medida que obrigava o plantio de árvores num determinado perímetro. Por quê? Porque o dano ambiental tinha sido ali. E naquele perímetro não precisa de plantio de árvore. O problema ali, o problema ambiental, seria, por exemplo, a desimpermeabilização do solo, mas não havia essa previsão de que esse valor em dinheiro fosse convertido em obra de desimpermeabilização. Então acho que isso é algo que a gente também tem que se debruçar aqui, essa conta que obriga plantio de árvores para compensação de algum outro impacto. Descontaminação de áreas é algo que já vem sendo discutido há algum tempo, medidas de eficiência energética na própria administração pública, enfim, tem muito o que se pensar em

relação a isso.

E é difícil dizer o que é e o que não é meio ambiente. O que não seria meio ambiente e sobra é muito pouco. Então o que não é meio ambiente? Forçando bem, eu, como ambientalista, vou incluir várias coisas como sendo meio ambiente, por exemplo, ontem na aprovação da destinação dos recursos do FMD, do Fundo de Desestatização, os Vereadores tentaram emplacar vários itens ali como obrigatórios, e não consegui emplacar meio ambiente como um dos itens de destinação obrigatória de recursos do fundo, mas como você tem o carimbo de recurso para habitação, investimento em habitação tem que ter um viés ambiental, ou em mobilidade. Os investimentos em mobilidade têm de levar em conta o viés ambiental, inclusive porque o município tem uma política municipal de mudanças climáticas que prevê isso tudo. E aí vem algo que venho dizendo e vou dizer em todas as audiências públicas sobre orçamento, a Cidade tem não sei quantos planos, aliás, é um levantamento de ser fazer, plano municipal disso, daquilo, de cultura, de educação, de combate ao trabalho infantil, de medida sócio educativa e tal. Como é que esses planos se espelham? Ou melhor, como o orçamento se reporta a esses planos? Então, se você tem a Política Municipal de Mudanças Climáticas e a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual ignoram completamente esses compromissos assumidos em lei, então a gente está deixando de cumprir leis. Então do que adiantou tanto esforço, tanto recurso, tantas horas de discussão para você colocar em lei, ou em decreto, como são alguns casos, um plano que depois não tem nenhum compromisso com a destinação do orçamento.

Concluindo, embora tivesse várias outras anotações aqui, em relação à habitação, Vereador, eu acho que a gente precisa verificar o andamento da aplicação de IPTU progressivo em imóveis subutilizados, não utilizados e abandonados, porque, se não me engano, já faz cinco anos da primeira leva de notificações, então já cabe... Não lembro se cinco anos é o prazo para começar a fazer aplicação de IPTU progressivo ou se a partir da notificação já começa a aplicação. Mas eu sei que depois um certo tempo já não é nem mais o caso de IPTU

progressivo, mas de desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública. Então a gente precisa de recursos para a habitação e você já tem isso estabelecido em lei e regulamento desde a penúltima gestão. Então se a gente não acompanhar o que é feito disso, também fica o dito pelo não dito, o escrito pelo não escrito. Acho muito importante a gente pedir, solicitar mesmo formalmente o número de admitidos, porque como você mesmo vem dizendo, em nove meses ocorreram 200 admitidos, mais de 200. Então para lidar com isso mais concretamente, o impacto orçamentário e tudo, a gente precisa solicitar mesmo o número de admitidos.

E falando de recursos humanos, eu não sei como é estabelecido, de verdade, concretamente, um compromisso com a realidade, o número de contratações previstas para um determinado concurso. Porque a gente faz um concurso para 300 pessoas e depois o prazo do concurso vence e foram chamados 30. Agora mesmo, no começo do ano, a gente pediu para a Secretaria de Gestão, e fomos atendidos, a prorrogação da validade de concurso de assistentes sociais porque o concurso já ia vencer sem que elas tivessem sido chamadas. Então, com é feito esse cálculo e do ponto de vista de uma programação orçamentária mesmo. A Secretaria de Assistência Social precisa de assistentes sociais; assistentes sociais foram aprovadas em concurso, mas se eu não posso chamá-las, onde foi o erro? O erro foi lá atrás, vamos contratar 300, 700 e não haveria recursos disponíveis. Como é que a gente não comete mais esse mesmo erro, porque você compromete as pessoas, as pessoas foram aprovadas e o concurso tem um custo para a Prefeitura.

Uma das metas que a SMADS propor no Plano de Metas, embora não tenha ficado no programa de metas do Prefeito, mas está lá no horizonte da SMADS é ter um número de assistentes sociais nos Centros de Referência em Assistência Social, os CRAS que corresponde à meta de um CRAS para cada cinco mil famílias em situação de vulnerabilidade. Aí a gente fez as contas do que isso significaria em termos de contratação, significaria dobrar o número de assistentes sociais em relação ao que tem hoje. No nosso cálculo isso daria 20

milhões de reais a mais ano, assim, não é nada de tão... Tem que realmente calcular o impacto ano. Essa é medida com responsabilidade que se faz. Para dobrar em quatro anos a gente teria uma progressão... Então esse cálculo é feito na hora de publicação de um concurso e da previsão de quantos serão contratados? Ainda falando em concurso, é um desafio que a gente tem de lidar com a bendita transversalidade, bendita porque é o que a gente quer, que as políticas sejam transversais, mas a assistência social, por exemplo, tem que contratar psicólogos, que foram admitidos num concurso da saúde.

Então, isso também cria uns nós tão estúpidos, no final das contas, porque é muito importante e desejável que as Secretarias trabalhem juntas; mas, às vezes, você tem umas barreiras formais que acabam engessando.

Outro exemplo disso, com o que a Assistência Social lida o tempo todo, é onde se cruzam as necessidades da Assistência Social com as da Habitação. Porque o público da Assistência Social precisa, em grande medida, de encaminhamento para políticas de habitação. Não é o caso de todo o público da Assistência Social, mas uma parte dele, sim: é candidato, está apto a ser encaminhado para política habitacional. Mas quem faz habitação é a Secretaria de Habitação. Então, a Assistência conclui, com a maior facilidade, que o modelo de auxílio aluguel de hoje é um fracasso. Ninguém passa a ter moradia a partir de um pagamento de 400 reais por mês direto para o beneficiado. Enfim, gastam-se milhões em aluguel social, e o aluguel social não produz inserção em moradia.

Então, o modelo de parceria social, de locação social, que já existiu, é muito mais eficaz. Mas também não depende de mim na Assistência Social, depende lá da Habitação. Os recursos da Habitação têm que ser previstos levando em consideração as demandas do público de Assistência Social. Como é que a gente faz isso? Essa é uma pergunta que temos que fazer para nós mesmos, inclusive; para a Câmara Municipal. É um desafio ter que lidar com um orçamento que é dividido em colunas, por Secretaria, mas que, muitas vezes, isso tem de ser cruzado de alguma maneira. Como é que a gente resolve isso usando um modelo de

construção orçamentária que temos hoje? Obrigada. (Palmas)

O SR. REGINALDO TRIPOLI – Nobre Presidente Ricardo Nunes, há mais dois inscritos. Mas, antes, eu gostaria de falar sobre dois assuntos. A Vereadora Soninha colocou muito bem o quadro, mesmo cruzando os assuntos, de uma forma muito interessante. Eu, como Vereador de primeiro mandato, vejo uma dificuldade em todos os assuntos, é tudo muito complicado, é tudo muito difícil de entender – para nós todos, cidadãos; para mim também, como Vereador. Sou solidário aos funcionários públicos porque meu pai foi um funcionário público – a Sílvia conheceu; por coincidência, somos amigos de infância e vizinhos.

Tudo é muito complicado, e vejo que esse assunto vem sendo levado ao longo de 30 anos. É inaceitável se ter uma situação dessas. Então, o que acho que nós Vereadores de primeiro mandato – e de segundo, de quinto, de décimo, não importa – temos que fazer é trabalhar para que o Executivo tenha uma solução. Não importa qual seja, mas tem que haver solução. Porque os problemas vão-se acumulando, e não acontece uma definição.

Já tive uma posição da Secretaria da Fazenda que já existe um grupo de trabalho com esse fim. Eu pediria que esse resultado acontecesse. (Palmas) Esse Prefeito – sem julgamentos de partido ou lados – tem essa iniciativa, e temos que aproveitar isso, em todas as áreas. Esse governo está disposto a resolver todos os problemas. Todos não, porque são inúmeros e vai se demorar muitos mandatos para serem resolvidos. Mas eu peço, em nome dos Vereadores, que exista solução; que se saia de uma reunião com alguma coisa, porque é muita informação. Eu imagino vocês: por todo esse tempo, eu estaria maluco.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. REGINALDO TRIPOLI – Na questão do meio ambiente - que é uma área em que minha família sempre atuou, e represento essa causa hoje na Câmara Municipal -, hoje vamos instalar a Comissão Extraordinária de Meio Ambiente. É uma Comissão que não sei como funcionava no passado, mas, pelos participantes dessa Comissão, com quem tive várias conversas, vamos fazer essa Comissão existir de fato; e vamos pedir, sempre nas questões

que serão trabalhadas na Comissão, que haja solução para as coisas. Sei que a Secretaria do Verde não tem dinheiro, não tem recurso, como outras não têm; umas têm mais, mas também têm muito mais gasto *etc.* A gente precisa trazer solução, temos que ser criativos. Se temos problemas, temos que resolver; não adianta a gente ficar inventando história, essa é a real.

Ou o problema tem solução ou ele não tem. Então, temos que resolver. Ponto. Estou sendo muito prático, porque existe um caminhar de situações para serem resolvidas com leis e tudo mais. Essa é a contribuição que posso dar. Acho importante que cada um com sua opinião colabore também. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado, Vereador Reginaldo Tripoli. Temos mais dois inscritos, e temos mais meia hora. Passarei a palavra aos inscritos e, em seguida, para a resposta, aos representantes do Executivo.

Antes, em relação à fala do Parque Telefunken, a Sílvia comentou, e está aqui uma das respostas, já estamos tratando desse assunto aqui. Vou ler rapidamente um trecho da resposta, Sílvia, que veio da Secretaria do Meio Ambiente.

“Na área em tela, de propriedade de (Inaudível) Participação Ltda., o Município pretende implantação de empreendimento residencial. Foram desenvolvidas atividades da antiga Indústria Telefunken e das empresas Q Refresco, Bosch e Areva, o que ocasionou a contaminação do solo e a da água subterrânea do local por meio de metais, solventes halógenos e PCBs. Cumpre informar que o gerenciamento ambiental da área está realizado pela Cetesb e acompanhado pelo (ininteligível) através do Processo Administrativo número tal. Dessa forma, a proprietária do imóvel apresentou os estudos ambientais (ininteligível) da Cetesb, tendo o órgão ambiental estadual, em seu parecer 95/15 CA, se manifestado favoravelmente ao plano de intervenção para reutilização da área”.

Então, já está em fase final de recuperação da área que estava com problemas de contaminação. Essa resposta aqui, eu já lhe entrego. Se você puder depois compartilhar essa informação com o pessoal do (ininteligível), eu agradeço.

Quero ver uma dúvida com a Dona Sueli. Quando a gente falou do impacto financeiro, falou em 112 milhões. São 7 mil admitidos entre ativos e inativos.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Ativos e inativos. Tá.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Setenta por cento. Tá. Eu fiz uma conta rápida aqui: são 112 milhões mês ou ano? (Pausa) Ano. Então, vai dar 1.333 reais na média, se considerados 7 mil funcionários. Não é algo... Só para a gente ter essa diretriz. É bom a gente passar isso para o Executivo, porque a gente já vem batalhando aqui na Câmara, instado pela participação de vocês. Há também o apelo da Vereadora Soninha e do Vereador Reginaldo Tripoli para a gente poder dar um encaminhamento. Eu acho que deve ser vontade da Comissão, imagino isso; e que conste do nosso relatório.

Chamar o Sr. Paulo (Inaudível) Ribeiro. Em seguida, o Sr. Marcos Alcyr.

O SR. PAULO RIBEIRO – Sou aposentado da Secretaria Municipal de Esportes e admitido. Sou um daqueles que ainda não morreu, Presidente. (Palmas) Pergunto por que o aposentado, em sua grande maioria... A Sueli é de briga, está sempre à frente na luta, além de outros. Aqueles que estão na ativa nem sempre, por algum motivo, estão à frente na luta. Não fui a vida inteira aposentado: faz somente dois anos; mas estou na luta há mais de 30 anos e funcionário há mais de 35 anos.

Só para um adendo sobre concurso público: foi aberto um edital para 26 vagas com 10 mil candidatos, e a Secretaria Municipal de Esportes está fechando; quase 70% estão aposentados. Não vou nem contar os que morreram. Então, reposição não há. Existe um engodo muito grande.

Quando se fala de São Paulo, de política pública - e esta Casa foi eleita exatamente para isto: política pública -, fala-se sobre sua avaliação e, logicamente, até que ponto foi efetivada. Nós não podemos fazer inversão de valores. Se houve uma renovação de

Vereadores de 40% nesta Casa – prova disso é que estamos aqui, e nunca nos foi dada a palavra -, isso é muito importante. Sinto um pouco o gosto de vitória, e vejo que através do voto é que damos o emprego aos Vereadores. É através do voto. Eles são representantes leais da comunidade, de grupos, e não importa quem, mas são representantes. É como um condomínio: alguém fala pelos condôminos. A voz do Vereador é a voz da população de São Paulo. A voz do trabalhador é a voz do Vereador. E eu gostaria que vocês, com bastante cuidado, com bastante carinho, avaliassem a situação dos admitidos, sim. A diferença pode ser feita. Existe até jurisprudência; há casos dentro da Prefeitura que ganharam, de admitidos que entraram no plano de carreira. Estamos só querendo reconhecimento àqueles que trabalharam a vida inteira pela cidade de São Paulo.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PAULO RIBEIRO – Equiparação salarial: funções iguais, salários iguais. Eu espero que esta nova administração, independentemente de se é primeira, segunda, terceira vez que esteja na Casa, de uma vez por todas, avaliem e façam. Estamos vivendo um momento de transparência. Temos de parar do “Eu vou ver” e dos tapinhas nas costas. Tem que ser “Sim” ou “Não”. A verdade tem que ser dita, porque já foi provado financeiramente da viabilidade. O que cabe é a sensibilidade: “Sim” ou “Não”, para que a gente fique mais tempo com os nossos filhos e nossos netos. Porque, senão, a luta vai sempre continuar. Agradeço a todos, e obrigado pela oportunidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado, Sr. Paulo Ribeiro. Quero fazer uma correção. Se eu interpretei errado, peço desculpas antecipadamente. O senhor falou que não lhe foi dada a palavra. A Câmara Municipal tem dado uma atenção e tem sempre dado a palavra aos admitidos e apoio incondicional. A Sra. Sueli tem participado constantemente e é testemunha disso. Fizemos o nosso papel.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Fizemos audiência pública específica,

colocamos na LDO, os 55 Vereadores aprovaram, e o Executivo vetou. Só para fazer uma correção: por parte dos Vereadores tem havido apoio incondicional em relação aos admitidos.

Tem a palavra o Sr. Marcos Alcyr, Presidente do Sindilex – Sindicato dos Servidores da Câmara Municipal de São Paulo e do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

O SR. MARCOS ALCYR – Bom dia a todos. Represento os servidores da Casa e do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Estou aqui como cidadão também, me preocupa muito esse caminho trilhado - posso estar enganado - de, digamos assim, fazer caixa de uma forma um pouco mais rápida, privatizando, vendendo e diminuindo gastos.

A questão da diminuição de gastos pode gerar equívocos. Igual àquela história de jogar fora a água suja junto com o bebê. Há gastos aí que não são gastos. Salário do servidor é investimento, não é gasto.

Vou dar o exemplo da Coreia do Sul que, há 40-50 anos, estava pior do que o Brasil. Houve um investimento maciço na educação. Agora é uma potência.

Qual o investimento que está sendo feito, do ponto de vista, no servidor? Lembrando que o servidor é a interface entre o Governo e o cidadão. Se não tivermos expertise e investimento maciço... E não é só salário, não. O nosso salário, parece-me que, no Município de São Paulo, é baixo em relação a outras capitais. Qual o futuro que nós temos enquanto cidade, enquanto cidadania, aqui em São Paulo? Isso me preocupa bastante. Esse tipo de preocupação que eu deixo constando aqui.

Não é só salário, a gente tem que pensar também em cursos.

Eu ouvi colegas comentando sobre falta de estímulos, até de concurso, em determinadas áreas. Isso tem que ser planejado de uma forma mais consistente, por que senão, tudo bem, vamos fazer dinheiro rápido, mas e depois? Vendeu tudo e aí? Vamos mudar de cidade, fecha a porteira? Não. Vamos viver numa cidade tranquila.

Até a questão do verde, vamos aplicar numa política do verde mais adequada, mas precisamos de profissionais com expertise, investir em cursos, em concursos, para que essas pessoas venham e apliquem uma política adequada.

Podemos ter uma grande ideia, o Prefeito pode ter a maior boa vontade, se não tiver pessoal preparado, nada vai sair do papel, vai ficar só no discurso, na aparência e não vamos ter essência nisso aí.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Passemos às respostas do Executivo aos questionamentos dos Srs. Vereadores, Sra. Vereadora e das pessoas que participaram.

Queria começar passando a palavra para a representante da Secretaria de Habitação, a Sra. Eliana Gomes, Chefe de Gabinete.

A SRA. ELIANA GOMES – Bom dia a todos. Falando em habitação, como a nossa Vereadora Soninha mencionou, é uma questão ímpar. Nós iniciamos esta gestão e nos deparamos com uma situação assim: o orçamento que recebemos é em torno de 1,250 bilhão, sendo que para atender os contratos celebrados entre urbanização de comunidades, construção de unidades habitacionais e regularização fundiária, se fazem necessários 4 bilhões de reais.

Parte desse valor que recebemos está congelada. Por isso, é que, até a presente data, ainda não foi efetuada a nota de empenho. Tivemos a liberação de somente 18%, referente ao custeio, auxílio aluguel e parte de aporte de Casa Paulistana.

A gente faz até um viés, para atender a meta estabelecida pelo Governo anterior e a que está no Plano de Metas, que são 75 mil unidades habitacionais, se fazem necessários buscar parcerias com o Ministério das Cidades, as parcerias público privadas, porque o recurso é insuficiente. A gente já trabalha com esse viés.

Em relação ao cortiço, que o Sr. Brasil Laerte mencionou, na área Central, a gente está com um projeto que vai ser licitado para realizar um censo de cortiço. Pelo que fiquei

sabendo, é um projeto desde 2004, na cidade de São Paulo, nós tomamos conhecimento. Eu, sendo responsável pela chefia de gabinete, a gente colocou para ser onerado com recursos das operações urbanas.

Outro aspecto que também foi abordado aqui é a questão da regularização fundiária. O tamanho da Cidade, por si só, impacta. Como que é regularizar esta cidade? O previsto são cerca de 200 mil regularizações com os benefícios da família, entre famílias com parcelamento privado, também tem a questão do licenciamento ambiental, que é algo que estava meio sobrestado e a agora também a gente implementou. Mas tenho de falar que, para tudo isso, necessitamos de recursos.

O Fernando Chucre, nosso Secretário, vem buscando parcerias, persistentemente. Ontem ele esteve reunido com uma organização francesa, para ver qual a possibilidade de gerar recursos para habitação e urbanização de favelas na cidade de São Paulo.

A questão abordada pela Vereadora Soninha, do auxílio aluguel. Realmente a gente montou um grupo de trabalho, causou muita estranheza como isso é tocado, na cidade de São Paulo, pelo volume que se tem. Nós recebemos um orçamento de 103 milhões de reais, sendo que parte foi congelada também e a nossa demanda atual é de 150 milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Hoje?

A SRA. ELIANA GOMES – Hoje. Temos uma demanda represada de cerca de 10 mil famílias para serem inseridas nesse programa. É uma situação caótica, que a gente vem buscando o quê? Vamos conversar agora com a Defensoria Pública, tivemos um monitoramento bimestral, por dia, cerca de 30 a 35 pedidos de auxílio aluguel.

Então essa situação entre SMADS e Secretaria de Habitação, nós estamos montando um grupo de trabalho também para nos alinharmos. Porque virou assim: pelo que eu vi na casa, porque venho de outra casa, isso vem persistindo ao longo do tempo, a questão da parceria social que a gente tomou conhecimento de como era no passado, a questão da

locação social. Eu venho me debruçando em relação a esse assunto.

A questão do risco na Cidade é muito grande há anos. Recentemente despachei um processo e até coloquei que minimamente os agentes públicos teriam de ter um olhar às cartas dos direitos humanos. A nossa função como agente público e a função também de como conseguir equacionar esse problema junto ao Legislativo, ao Executivo, de uma forma única. Não dá para tratar a Cidade de forma separada.

Nós já passamos pelo Município de São Paulo há nove anos, na área de Saúde, onde militamos, nós sempre buscamos falar uma única palavra, não olhando a Secretaria de forma isolada. Porque isso complica, isso demora, como o senhor mencionou há pouco: vamos fazer, depende dela. Então a gente precisa se unir.

Voltando ao viés da habitação, a questão é muito complexa. Estamos com os processos nas mãos, vimos que, na área do extremo Sul de São Paulo, seriam necessários, praticamente, dois bilhões para resolver a situação. Quanto nós recebemos? Vinte e três milhões.

Há inúmeras obras contratadas. Então é muito complexo. Vai se manter o quê nessas obras? A expectativa nessas reuniões de conselho, o que acontece? Quando você vai ver, realmente, a sua casa pronta. Quando vai ver aquele córrego realmente com obras acontecendo. O córrego limpo que é da Secretaria do Verde, realmente isso é complexo. Mas, como bons servidores públicos que somos, do Executivo, sempre buscando soluções alternativas, acho que isso vem com a gestão, é diferente ser diretor de ser gestor. Então somos gestores públicos, buscando solução dentro dos recursos que temos e fora também. O que nós podemos agregar para solucionar esse problema a médio e longo prazo.

Da minha parte é só.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Com relação à regularização fundiária tem previsto?

A SRA. ELIANA GOMES – Duzentos e dez mil.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Para os quatro anos?

A SRA. ELIANA GOMES – Para os quatro anos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Para 2018?

A SRA. ELIANA GOMES – Não tenho os números parcelados por...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Não tem para 2018

A SRA. ELIANA GOMES – Não.

Olha, a gente tem um trabalho, acho que a regularização fundiária da Sehab tem um trabalho imenso, mas a gente demanda com a burocracia. Tem uma Medida Provisória que está em pauta para ver se soluciona um pouco e seja um pouco mais célere a questão da liberação dos títulos, que parece impacta mais. Demora a liberação dos títulos. É a questão da posse da terra. É isso que demora.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – E aluguel social a gente gasta 150 milhões, por ano?

A SRA. ELIANA GOMES – Por ano.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Está ok.

A SRA. ELIANA GOMES – Só para complementar, nós oficiamos a Secretaria de Gestão e a de Finanças, sobre esse feito. O Fernando já conversou junto ao Ministério Público, nós estamos fazendo uma revisão de legislação, envolvendo a Secretaria de Finanças, a de Gestão e a SMADS, de como tratar esse problema na cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Só para concluir, da minha parte, com relação à quantidade de habitações são 75 mil habitações nos quadro anos? A previsão para 2018?

A SRA. ELIANA GOMES – Dois mil e dezoito seriam 15.500.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Quinze mil e quinhentas para 2018.

A SRA. ELIANA GOMES – Isso. Conseguindo recursos. Sem recursos nós não vamos conseguir.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ELIANA GOMES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – É ousado. A gestão passada prometeu 55 mil, fez 8.500, então esta gestão está prevendo 75 mil unidades de habitação para os quatro anos.

A SRA. ELIANA GOMES – Para os quatro anos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Ok. Vereadores, posso passar para a próxima? Obrigado por ter respondido pela Secretaria de Habitação, a Sra. Eliana Gomes.

Eu queria passar agora para as respostas a Secretaria do Verde, o Sr. João Batista, Secretário Gilberto Natalini.

O SR. JOÃO BATISTA – Bom dia Sr. Presidente Ricardo Nunes, Vereadora Soninha, Vereador Xexéu, seria melhor se fosse Xexéu corintiano, mas é palmeirense.

Vereador, objetivamente só teve uma pergunta em relação quais as regiões onde faríamos arborização. Então, das 10 regiões, as que estão mais precarizadas são: Guaianases, Itaim Paulista, Jabaquara, Aricanduva, Ermelino, Sapopemba, Sé, Vila Mariana, Vila Prudente, além da Mooca.

Eu queria gastar uns dois ou três minutos só falando dos parques. Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Eu só queria fazer uma consideração, João Batista, com relação ao que é atinente ao meio ambiente. Tivemos a questão do Parque Telefunken, que foi uma colocação; a questão da preocupação com a reciclagem de sólidos, principalmente a parte de vidros; o Fábio também comentou sobre parques, que você vai responder; a Janete também, do Ipava, comentou bastante sobre a questão da degradação ambiental na região de M'Boi Mirim, e fizemos aqui uma alusão com relação à Operação Defesa das Águas.

Então, acho que são esses os temas mais fundamentais na área de meio ambiente.

Se você puder responder, eu lhe agradeço.

O SR. JOÃO BATISTA – O.k. Começando pela reciclagem, há muitas coisas que as pessoas pensam que é atribuição da Secretaria do Meio Ambiente; a reciclagem não é conosco. Por exemplo, o que é conosco? Todo o licenciamento da cidade de São Paulo passa pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente, mas a reciclagem é atribuição da Secretaria das Subprefeituras.

Sobre a questão do Parque Telefunken, há o problema da contaminação, além de ser uma área particular. A Secretaria, em momento nenhum, vai deixar de receber parque; desde que haja condições financeiras e jurídicas resolvidas, nós receberemos, sim. Mas não é só essa área; São Paulo tem mais de cem áreas contaminadas que as pessoas pensam que estão disponibilizadas para lazer e área verde e não está por conta do seu histórico de contaminação. O Parque Telefunken é um deles; como eu moro do lado, conheço um pouquinho essa história. Em relação ao Parque Ipava, na zona Sul, há um mês e pouco, a Polícia Militar prendeu pessoas jogando entulho dentro do rio. Então, é necessária uma vigilância permanente em tudo quanto é área verde e área de rio, porque sempre aparece caçambeiro jogando entulho em qualquer parte, em qualquer lugar, principalmente nos finais de semana.

No mês passado, a Polícia Militar chegou a prender pessoas cujas caçambas sequer eram de São Paulo, mas, parece, de Itapecerica.

Nós estamos retomando o Programa Córrego Limpo. Agora, esbarramos em vários problemas; o principal deles é uma enorme questão financeira. Não vim chorar as pitangas, mas o nosso orçamento era de 200 milhões, equivalente a 0,3% do orçamento da Cidade, mas já foi de 1,2%; nós, como todas as Secretarias, tivemos uma redução de 25% e ficamos com 150 milhões para tocar a Secretaria, e com isso não dá para fazer absolutamente nada. Mas nós não ficamos de braços cruzados. De 107 parques, mais de 80 parques estavam em situação de completo abandono, com mato na altura do peito, sem segurança, sem manejo,

sem absolutamente nenhum serviço. Desses 80, recuperamos 47 com nenhum dinheiro, apenas com a generosidade do povo paulistano, que se organizou em mutirões e nos ajudou. Quando chove e depois faz sol, o nosso coração aperta, porque é mato para cima, e nós ainda não temos condições de recuperá-lo ou de fazer a manutenção. Alguns parques inclusive têm muito problema de segurança, porque não há vigilância, manutenção ou funcionários. No mês passado, por exemplo, a imprensa esteve no Parque do Carmo e encontrou o nosso administrador limpando o banheiro, porque não tinha quem fizesse.

Essa é a situação que estamos vivendo, mas estamos trabalhando e fazendo o possível, contando com a generosidade do povo paulistano. Recuperamos mais da metade dos parques que estavam abandonados e estamos em perspectiva de aumentar a nossa meta de plantio de árvores. O Natalini, como todo bom visionário, quer plantar 600 mil árvores; está pedindo ajuda e já conseguiu doação de mudas. Vai faltar equipe, mas espaço tem. Licitei dez subprefeituras que têm um *deficit* muito grande de verde.

Por enquanto, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Muito obrigado, Sr. João Batista, representante da Secretaria do Verde e Meio Ambiente.

Passemos à Secretaria de Saúde, com o Sr. Donato José Mellonei, para as respostas às perguntas dos Srs. Vereadores e do público presente.

O SR. DONATO JOSÉ MELLONEI – Em relação ao que foi questionado, desde janeiro até o momento, houve o reestudo do modelo assistencial; do modelo arquitetônico das obras que estavam caminhando; e todo tipo de procedimento, em termos de resolutividade; referência e contrarreferência em termos de unidades de saúde; regulação do sistema e, principalmente, como fazer funcionar o Município em termos de assistência médica. Nesse período de janeiro a março e, agora, abril, a finalização disso.

Em termos das construções, existiam muitas obras já iniciadas no Governo anterior. Especificamente do que foi falado aqui sobre os hospitais, no Hospital Brasilândia, houve uma

reformulação geral, tanto assistencial como arquitetônica. Baseado nisso, houve uma reformulação de custos. Isso não quer dizer que não vá ser continuado. Com a reformulação do Hospital da Brasilândia em termos arquitetônicos e em termos de atendimento médico, já há uma promessa do Dr. Pollara de reiniciar a obra e terminá-la, se possível, até o ano que vem.

Sobre o Hospital de Parelheiros, as obras já estão mais adiantadas, e estamos em contato com o Governo Federal para o aporte de um recurso. Para todas as obras que vou elencar aqui já há pedidos formais na Secretaria da Fazenda para seu término.

Parelheiros é uma promessa e, pelo andar da carruagem, até o final deste ano, talvez, vá ser entregue, porque faltam equipamentos, etc. Tudo se justifica pelo tipo de mudança e o termo de política assistencial de saúde no Município de São Paulo.

Havia várias UPAS e UBSs com grau construção, vamos dizer assim, o que faltava, passou o seu tempo vendo isso, quanto havia aporte de recursos federais para essas UPAS e UBSs, a reformulação toda assistencial – estou sendo repetitivo porque tudo foi reformulado em termos de política assistencial de saúde em São Paulo.

Atacou-se, primeiro, a fila de exames, que foi herdada por esse Governo; zerando essa fila, ocasiona dentro da Secretaria uma mudança desses pacientes e Municípios para outro tipo de atendimento, porque se fez um exame que deu um resultado. E resultado tem que ser resolvido, salva guarda que, com os exames, o paciente está bem, mas a maioria teve que continuar o seu atendimento médico.

Então, tudo com essa reformulação é isso e mais justificativas para isso amarra-se com as carretas – estou pulando um pouco para fechar um circuito nisso – que foram implantadas no Governo passado, e havia a sua localização dentro de área cedidas – cedidas não é bem o termo, mas disponibilizadas – pelas hoje Prefeituras Regionais e devidamente divulgadas na região onde irão atender, com horário, tempo etc.

O que se faziam nessas carretas e se fazem hoje: exames e pequenas cirurgias ambulatoriais que não dependem de muito aporte médico; precisamos, claro, dai volta a

história de referência a contrarreferência.

Essas carretas, como foram citadas aqui, nesses três a quatro meses dessa Gestão não estão tendo um canal de comunicação – isso eu vou avisar ao Secretário e demais dirigentes da Secretaria que, talvez, o canal de comunicação não esteja funcionando a contento – porque não tem cabimento a figura dada aqui de o pessoal correr atrás da carreta.

Mas a carreta sempre foi feita nesse sentido de um aporte a mais para exames e um complemento à área assistencial, porque, como ela se locomove dentro do Município, nada mais é do que ter perto do Município para a sua realização de exames e pequenas cirurgias ditas ambulatoriais.

O caso das UPAS e UBSs, como construir, pelo estágio em que estão as obras, foram priorizadas pelo Dr. Pollara junto com o Prefeito, e já tem o pedido formal junto à Secretaria da Fazenda; para as obras mais adiantadas que estão com 60 a 80% de sua construção já realizada vai ser aportado recursos, no momento, com o Tesouro Municipal para término dessas obras.

Tem uma listagem, me perdoem agora, mas eu posso passar isso para o Vereador Ricardo Nunes ou para a Comissão os nomes das unidades, mas são de seis a oito UPAS e UBSs que estão num grau de 60 a 80% de construção – se, também tudo como priorização dada pelo Dr. Pollara e Prefeito até o final desse exercício entregue a obra; faltará equipar e por funcionários para o seu funcionamento.

Transformação de UBSs em UPAS: volto a chover na cancalha, desculpe-me. UPA tem um tipo de atendimento que é completamente diferente de uma UBS, e a resolutividade de uma e de outra também é completamente diferente.

Se você colocar uma UPA num lugar de São Paulo em que você não tenha uma unidade de saúde de referência e contrarreferência, acabam ocorrendo casos sérios desses pacientes que acometem nessa UPA.

Porque, quando você vai a uma UPA, está caracterizado que está numa situação

de emergência ou urgência médica.

E, se não tiver uma referência e uma contrarreferência, é um perigo abrir-se a porta de uma UPA sem essa rede devidamente referenciada e regulamentada.

Não é só, simplesmente, por um paciente dentro de uma ambulância para achar um lugar. Porque ele está no caso de emergência ou urgência.

Essa terminologia, apesar de eu não ser médico, tenho alguns anos na Secretaria e me acostumei com ela, desculpem-me usar alguns termos estritamente médicos, mas é o grau do que o paciente se apresenta. Emergência: risco de vida; urgência: tem risco de vida mas não num grau suficiente que pode acometê-lo, é mais ou menos isso.

No caso das OSs ditas aqui, há em andamento, junto com a Secretaria da Fazenda - foi fechado semana passada ou retrasada um novo controle de gastos, custeio e funcionamento assistencial, médico, junto com retorno, contrarreferência, referência, regulação do sistema, para o funcionamento pleno disso, claro que, em conjunto com a Secretaria de Estado da Saúde, porque tudo isso está se reformulando dentro do Município de São Paulo.

Não é fácil porque tem resistências tanto em nível estadual quanto em nível municipal, porque a determinação do Dr. Pollara, Dr. David Uipi e do Prefeito é a de funcionarem as referências e contrarreferências de todas essas unidades estaduais ou municipais.

As OSs estão passando por uma reformulação do custeio gigantesca em controles internos e externos. Apesar de a Controladoria do Município não poder ser considerada externa, é um apoio que nós pedimos e foi devidamente referendada entre o Dr. Pollara e o Dr. Caio que é o Secretário da Fazenda, no sentido de se fazer uma análise do que está acontecendo dentro dessas OSs.

Há já uma política de redução de custeio que não acarretará no fechamento de portas, porque fechamento de portas para a Secretaria Municipal de Saúde nada mais é do que fechar atendimento médico para a população.

Esse custeio é uma reformulação do que é feito e o que deixou de ser feito, sempre ligado – de novo, desculpe a repetição – ao modelo assistencial médico que está sendo implantado dentro do Município de São Paulo.

Tudo demora porque são três ou quatro meses desenvolvendo, reformulando tudo o que foi feito em Gestões anteriores. Não é, outra vez, falando em termos do que os nobres Vereadores falaram, partidário, mas, simplesmente, um módulo assistencial dentro da Saúde no Município de São Paulo.

Eu acho que respondi, mais ou menos, tudo o que foi formulado.

Também vou passar para começar para o Vereador Ricardo Nunes e demais Vereadores esses canais de comunicação como estão funcionando.

Até o ano passado, a Prefeitura Regional, ou Subprefeitura na época, avisava: “A carreta vai ficar do dia quatro ao dia oito das sete às 15h” e, junto com a Unidade de Saúde da Região onde estaria a carreta, ficaria avisado aos Munícipes.

Vou ver o que está havendo e passarei para ele em conjunto com as Unidades priorizadas pelo Prefeito e pelo Dr. Pollara, que estão construindo, com a exceção dos dois hospitais que já foram citados acima.

Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado, Sr. Donato Melone, que é Coordenador Orçamentário da Secretaria Municipal de Saúde. Só para entender melhor aqui, conversei com o Dr. Pollara que havia me dito que o Hospital de Parelheiros seria entregue em outubro, conversei pessoalmente com o Dr. Pollara. Talvez tenha entendido errado, seria entregue a obra, não a inauguração.

O SR. DONATO MELONE - A obra e junto se deu, até outubro, equipamentos também.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) - E vai ser convênio com o Einstein.

O SR. DONATO MELONE – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Ok. Já estamos em festa lá. Outra questão, eu e outros Vereadores apresentamos, no orçamento, algumas emendas na área da Saúde. O senhor falou que a previsão da Secretaria da Saúde é de que algumas UBSs que estão com mais de 60% das obras feitas, essas vão retomar a obra.

Então isso quer dizer que nenhuma nova será feita, não há uma previsão para início de uma nova?

O SR. DONATO MELONE – Até o momento, o que me foi pleiteado, aí não sei a definição do Dr. Pollara para isso, a definição para aporte de dinheiro, que é uma das minhas funções dentro da Secretaria, foi esse tipo de aportar dinheiro.

Novas unidades de saúde, por enquanto o Dr. Pollara não me pediu nenhum aporte de dinheiro para eu pedir junto à Secretaria da Fazenda. Desculpe, Vereador, mas esse é o tipo de informação que posso também repassar posteriormente, preciso conversar com o Dr. Pollara.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) - Só perguntei porque o Dr. Marco Antonio, que é o Coordenador Sul lá, aliás, boa escolha de vocês, pessoa muito dedicada, tinha me falado da UBS do Jardim São Rafael, mas tudo bem.

Só para concluir a informação das UBS, agora, UPA é recurso federal. Até o Pirata comentou de UPA, mas a Prefeitura vai aportar recurso em UPA?

O SR. DONATO MELONE – Vamos aportar para terminar a obra. O grande recurso que vem do Governo Federal para a UPA é para custeio. Depois dela implantada e devidamente cadastrada junto aos canais de saúde.

Houve uma destinação de recurso para construção, muito pequena perto do custo de fazer uma UPA dentro do Município de São Paulo. Tem vários outros municípios que estão construindo muita UPA. Tudo depende do custo da obra e custo da localização sua, de onde vai ser feita, mas estamos em negociação de recurso federal, mas vinda total do que foi contratado, em termos das UPAs. Sendo cadastrada vem o recurso para funcionar, mas

vamos à frente para terminar essa obra e depois ressarcir com o dinheiro do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – O Dr. Pollara me passou a informação de novas UBSs ou de ampliação de UBSs. É só relação à continuidade das que já estão com a obra paralisada, com 60% para frente. Como a Maria Antonieta, o Pronto-Socorro, não dá para ficar daquele jeito.

Bom, Vereadores, estou satisfeito. Alguém mais? Não. Podemos passar então para a Secretaria Municipal de Gestão. Quem vai falar primeiro, o Ricardo Mellão ou o Bruno Shibata?

Tem a palavra o Sr. Bruno Shibata.

O SR. BRUNO SHIBATA – Obrigado pela palavra, Vereador. Como bem colocou o Vereador Tripoli na questão dos admitidos, a Secretaria de Gestão junto com a Secretaria da Fazenda está numa postura aberta de conversa justamente com esse grupo, para analisar a viabilidade orçamentária, analisando com responsabilidade e como conciliar a proposta já apresentada na questão do orçamento do Município.

Além desse ponto, como muito bem colocado pela Vereadora Soninha, a questão dos concursos, o planejamento adequado, a questão transversal também das utilizações de cada uma das carreiras que temos aqui. Também está sendo trabalhado numa questão de um estudo, aceitando sugestões até provenientes de outras secretarias e outros entes. Para que a gente não incorra mais nos mesmos erros de gestões anteriores. E que a gente consiga apresentar soluções eficientes para cada um dos problemas apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Agora está falando o Ricardo Mellão. Para as notas taquigráficas.

O SR. RICARDO MELÃO - A relembrar aqui que está havendo diálogo com as câmaras setoriais, através do nosso Secretário Executivo da Área de Recursos Humanos, o Cláudio Costa. E dizer para que, enfim, as entidades que queiram conversar, dialogar, procurar por esse diálogo. Temos total disposição na Secretaria de Gestão para conversar, entender o

problema e tentar solucionar.

Esse é o nosso desafio. É uma preocupação nossa e vamos fazer da melhor forma possível. Podem ter certeza.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado aos senhores Bruno Shibata e Ricardo Mellão, representando aqui a Secretaria Municipal de Gestão.

Por último, passo a palavra ao Sr. Ahmed Sammer, da Fazenda Municipal, que tem o dinheiro e, portanto...

SR. AHMED SAMMER – Por fim, vai resolver o problema, abrir a torneira. Em nome do Secretário Caio Megale, eu enquanto responsável pelo orçamento da Cidade, vou responder aqui em dois ou três minutos, fazer minhas considerações finais sob duas óticas, de munícipe e técnico.

Enquanto munícipe tudo é prioridade, da plantação de uma árvore a um leito de hospital, tudo é prioridade. Enquanto técnico da Fazenda o olhar é um pouco mais frio. Temos um desafio enorme, não só Saúde, Habitação, Verde, Gestão, de cuidar bem do orçamento de 22 pastas, incluindo a nossa. E o desafio é muito grande.

O que tenho observado nesses primeiros meses de novo secretariado, um grande diagnóstico. As pastas, os secretários, os chefes de gabinetes têm se debruçado nos números, identificado alguns gargalos.

Por exemplo, a questão da Habitação, o aluguel social que é um programa temporário, enfim, foram identificadas algumas inconsistências no próprio cadastro dos beneficiários, o que poderia atender quem de fato precisaria.

Então o esforço que temos, junto com a Saúde, o Verde, a Habitação e a própria Gestão é tentar fazer mais com menos. Em nenhum momento cortar serviços e políticas públicas. Na realidade temos um grande desafio de tentar amarrar e encaixar dentro do orçamento que nos foi disponibilizado para este ano todas as prioridades.

E de novo, enquanto munícipe para mim tudo é prioridade. Enquanto técnico, por

exemplo, quando recebo um processo do Verde pedindo a liberação de recursos para a manutenção de árvores consolidadas, temos de olhar se aquilo tem adequação orçamentária para o ano.

Responder de forma pontual as duas considerações do Verde quanto aos vigilantes, etc. e tal, nos foi feito um pedido no início do ano de 80 milhões para a manutenção de árvores consolidadas, de vigilantes nos parques, enfim, que era uma situação bem complicada. Foi feita uma liberação de 55 milhões para tentar equacionar o problema. O problema obviamente é muito maior do que imaginávamos, mas algumas ações estão sendo feitas.

O Siqueira perguntou sobre a questão das árvores consolidadas, de cinco milhões previstos no orçamento, foi feita uma liberação na semana passada de 1.8 milhão. Essas liberações envolvem um esforço por parte da pasta de apresentar como contrapartida alguma coisa que vai deixar de ser feita. Algum esforço no sentido de redução de gastos, de custos.

E temos percebido isso em todas as frentes. Saúde, como o Donato comentou há pouco, foi construída uma força tarefa, entre Fazenda, Controladoria, enfim, para tentar identificar certas ações no sentido de fazer mais com menos. Em nenhum momento a nossa temática, enquanto técnico da Fazenda é cortar ou não disponibilizar.

Acho que passamos por um momento complicado como todo mundo sabe, isso já virou jargão, um momento de recessão onde precisamos ser bastante prudentes em relação as liberações. Ao final do ano precisamos fechar o orçamento da Prefeitura dentro de um limite aceitável.

Entendemos todas as prioridades. A Fazenda tem participado de todas as audiências praticamente. Eu mesmo participei da audiência dos servidores admitidos e reitero aqui, quando entrei na Prefeitura enquanto servidor de carreira no ano passado, fui muito bem acolhido por um servidor admitido, que me formou, inclusive, e que trouxe muito conhecimento. Conhecimento acumulado incrível que eu não tinha.

E reitero aqui o compromisso da Secretaria da Fazenda, ontem nós devolvemos o ofício me indicando, inclusive, para participar desse grupo de trabalho. Eu acho que cem milhões diluídos e fracionados ao longo dos anos, não se traria um impacto tão relevante para os cofres públicos. E acho que precisaríamos resolver um problema de três décadas e meia.

Então em resposta ao que foi dito inicialmente, a Fazenda está presente nos debates. Eu mesmo me faço presente na medida do possível, são muitas audiências, mas ainda assim, sempre mantemos um diálogo bastante positivo. Acho que tem que ser colaborativo. Temos de construir a quatro mãos ou a seis mãos ou a oito mãos uma solução.

Na última audiência, Vereador Trípoli, saímos com uma solução, a instituição de um grupo de trabalho, um fracionamento desse problema ao longo dos anos. Cem milhões num ano pode parecer um impacto muito grande, mas vamos tentar entender isso para os próximos períodos. De repente, enfim, ver aquilo que é prioridade, quem precisa mais, quem precisa menos, enfim, alguma coisa tem que ser feita e concordo com os Vereadores Tripoli, Ricardo Nunes e Soninha, no sentido de sair com uma solução. Sair do campo das ideias e sair com algo concreto. Sim ou não, acho que isso é o importante.

Então reitero aqui os agradecimentos pelo convite e na medida do possível, eu mesmo venho sempre participando do debate, enfim, com vistas a ajudá-los.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) - Agradeço a todos. Quero agradecer muito o Bruno Shibata, Ricardo Luiz Mellão, João Batista, Donato Melone, representantes das Secretarias de Gestão, Meio Ambiente, Saúde, bem como o Ahmed, representante da Fazenda Municipal e a Sra. Eliana Gomes, Chefe de Gabinete da Secretaria de Habitação.

Agradeço também a participação do Sr. Fábio Siqueira, Brasil Laerte, Dina Duarte, Pirata, Sílvia Leite, Sérgio Antiqueira, Janete Azevedo, Sueli Fará, Paulo Streshe e Marcos Alcyr, todos que participaram da audiência pública.

Declaro concluída a audiência pública da LDO.

Abro a reunião ordinária da Comissão de Finanças e Orçamento.

Presentes a Vereadora Soninha Francine, Vereador Reginaldo Trípoli e quem vos fala, Vereador Ricardo Nunes.

Declaro abertos os trabalhos da 10ª reunião ordinária de 2017.

Não há número legal. Aproveito a oportunidade para dizer que amanhã, dia 11 de maio, às 19h, esta Comissão realizará audiência pública, no setor Sudeste, na Avenida Afonso Celso, 1659, Vila Mariana. Requerente, Vereador Aurélio Nomura. E o tema a ser tratado será a implantação do ciclo vídeo faixa de ônibus na região.

Informo também que no dia 15 de maio, às 19h, teremos na Sala Tiradentes, nesta Câmara Municipal, audiência pública temática. Requerente, Vereador Aurélio Nomura. Tema: tratar da mudança do tráfego na região da Avenida Lacerda Franco e Avenida Lins de Vasconcelos.

Informe também, as próximas audiências públicas da LDO/2017, lei de diretrizes orçamentárias, PL 509/2016, no dia 17 de maio, às 9h30, Auditório Prestes Maia, a segunda temática com os temas: Cultura, Assistência Social e Educação e no dia 24 de maio, às 9h30, Auditório Prestes Maia, segunda audiência geral da LDO.

Muito obrigado a todos.